

APRESENTAÇÃO

Paulo Freire Vieira¹
Claire Cerdan²

Este novo dossiê INTERthesis focaliza um dos tópicos essenciais do debate atual sobre a *dimensão territorial* das novas estratégias de desenvolvimento sensíveis ao agravamento da crise socioecológica global, a saber: os desafios ligados à ativação e à integração em rede de *sistemas agroalimentares localizados*.

Para a sua composição, foram reunidas algumas das contribuições apresentadas e debatidas durante o *VI Congresso Internacional sobre Sistemas Agroalimentares Localizados – Os SIAL face às oportunidades e desafios do novo contexto global*, realizado na cidade de Florianópolis, no período de 21 a 25 de maio de 2013. Este evento foi promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelo Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD). Da organização das palestras, mesas-redondas e oficinas participaram, além da UFSC e do CIRAD, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), um conjunto de instituições de pesquisa e ensino sediadas em outros estados (UFMG, IEA/SP, UFS, UFRGS) e também parceiros argentinos e mexicanos vinculados à RED SIAL Latino Americana.

¹ Doutor em Ciência Política pela Ludwig-Maximilians-Universität München, Alemanha. Professor titular do departamento de sociologia e ciência política da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq. Coordena o Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: vieira.p@cfh.ufsc.br

² Doutora em Geografia Humana, Econômica e Regional pela Universidade de Paris-Nanterre, França. Professora do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Pesquisadora do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (CIRAD), França. E-mail: claire.cerdan@cirad.fr



A problemática em pauta encontra-se na ordem do dia, dentro e fora do ambiente acadêmico. No decorrer das últimas três décadas, o conceito de *desenvolvimento territorial* vem se impondo cada vez mais no debate internacional sobre estratégias alternativas de regulação das economias modernas. No cenário de incertezas e controvérsias geradas pelo agravamento da crise global – uma crise ao mesmo tempo socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica - em vários contextos regionais, têm emergido novas práticas de dinamização socioeconômica que desafiam as concepções e as análises tradicionais do desenvolvimento. Essas práticas evidenciam a necessidade de uma incorporação mais ampla e rigorosa das dimensões históricas e, sobretudo, espaciais, na ponderação das condições de viabilidade de novas estratégias *ascendentes* (endógenas, ou *bottom-up*) de desenvolvimento rural e urbano, agora num cenário de modernização *pós-fordista* (PECQUEUR; VIEIRA, 2013).

Na interpretação desse fenômeno, sem dúvida singular, cabe um lugar de destaque ao papel pioneiro desempenhado por vários economistas e sociólogos italianos no resgate das experiências de *industrialização difusa* na Itália, já no final dos anos 1970. De fato, os estudos focalizando o processo de dinamização socioeconômica da “Terceira Itália” marcaram profundamente a evolução posterior dessas ideias (BAGNASCO, 1977; BRUSCO, 1982). Como se sabe, eles reabilitaram o conceito-chave de *distrito industrial*, introduzido por Alfred Marshall, no crepúsculo do século XIX. A partir da década de 1980 intensificou-se a pesquisa comparativa de novos *sistemas de produção flexível*, considerados como produtos de dinâmicas territoriais autônomas, mas não autárquicas. A intenção era gerar novos impulsos para uma revisão dos enfoques dominantes de ordenamento espacial, no bojo das iniciativas voltadas à fundamentação de uma *economia territorial* (BECATTINI, 1992; COURLET, 2001; PECQUEUR, 2006).

Como salienta Bernard Pecqueur (1987), o *espaço-território* se diferencia do *espaço-lugar* pela sua “construção” a partir do dinamismo criador dos indivíduos que nele habitam. Neste sentido, a noção de *território* passa a ser utilizada para designar um processo endógeno de *criação coletiva e institucional*. Ela evidencia o potencial contido em relações não exclusivamente mercantis, tendo em vista a cobertura das necessidades básicas (materiais e intangíveis) das comunidades locais. Além disso, esta noção não deveria ser identificada a uma dada escala geográfica de coordenação entre atores. Ela diz respeito à consideração de uma dimensão que se

situa entre o indivíduo e os sistemas produtivos nacionais, em termos de um tipo peculiar e altamente inovador de auto-organização cooperativa de atores sociais no nível local. Neste sentido, eles se mostram sensíveis à adoção de novas formas de valorização produtiva dos assim chamados *recursos territoriais* em seus territórios (GUMUCHIAN; PECQUEUR, 2007).

No rol desses processos marcados pela intencionalidade dos atores locais, estão incluídas, entre outras dimensões, a criação de novas formas de *reciprocidade econômica*, nutridas pela formação de um tecido social especialmente coesivo e cooperativo; a estruturação de *sistemas produtivos locais* em zonas rurais, integrados em *redes* de pequenas e médias empresas, que transcendem a esfera das relações puramente mercantis e desvelam novos tipos de atividade não agrícola no meio rural; e a pesquisa de novos arranjos institucionais autenticamente descentralizados, voltados para a maturação progressiva de *sistemas de governança territorial*.

Contudo, a relevância e o indiscutível potencial heurístico contido nessas análises têm deixado geralmente descoberto ou colocado, em segundo plano, uma avaliação rigorosa das coações, das oportunidades e dos impasses associados às evidências de uma *crise socioecológica* historicamente inédita e de escopo planetário. As referências ocasionais à síndrome de degradação intensiva dos sistemas de suporte da vida na biosfera continuam mobilizando - via de regra - interpretações reducionistas do potencial contido no conceito de *desenvolvimento sustentável* - entendido como um objetivo a ser alcançado em escala mundial. Dessa forma, vêm se tornando cada vez mais evidentes os riscos de *desvio economicista e tecnocrático* no manejo das relações entre o enfoque territorial de desenvolvimento e a busca de enfrentamento consequente das causas estruturais da crise socioecológica. Em outras palavras, a força de inércia da *ideologia economicista* (BOURG, 1996; DUPUY, 1980, 2002) pode chegar a comprometer seriamente a consistência das iniciativas em curso - ainda muito embrionárias - de promoção do enfoque híbrido de *desenvolvimento territorial sustentável*.

Recentemente, a partir do início da década de 1990, a irrupção do conceito de *sistemas agroalimentares localizados* (MUCHNIK; SAUTIER, 1998) colocou em foco um processo de ativação e fortalecimento institucional de concentrações geográficas de agroindústrias rurais, entendidas como poderosas alavancas dessas novas dinâmicas territoriais de desenvolvimento. Esse conceito emergiu no bojo do

aprofundamento das pesquisas sobre distritos industriais, sistemas produtivos locais integrados e *clusters*. Em outras palavras, a ênfase passou a recair no estímulo à produção agroalimentar com *identidade cultural*, “em territórios marcados por complexas articulações *territórios-atores-sistemas-de-inovação* e por um imbricamento crescente das relações rural-urbanas” (BOUCHER; ORTEGA; LEGLISE, 2012, p. 6; REQUIER-DESJARDINS, 2007). O pano de fundo desse debate – que tem evoluído sobremaneira desde então - permanece marcado pelas problemáticas da *endogeneidade* das dinâmicas de desenvolvimento, da assim chamada *economia de proximidade*, do *combate à pobreza* em zonas rurais, da promoção da *multifuncionalidade agrícola*, da *qualificação* de produtos vinculados ao território e da busca de *segurança alimentar* – agora num cenário conflituoso de aguçamento da crise global.

O dossiê está estruturado em duas partes. Na primeira, oferecemos alguns elementos para uma reflexão atualizada sobre os *fundamentos conceituais, teóricos e metodológicos dos enfoques de Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Sistemas Agroalimentares Localizados*.

O texto de Bernard Pecqueur (*Desenvolvimento territorial. Uma nova abordagem de processos de desenvolvimento para as economias dos países em desenvolvimento*) oferece uma caracterização sucinta dos traços mais essenciais do modelo de *desenvolvimento territorial* e aponta os pressupostos para a sua aplicação consistente à realidade dos países do Sul.

Na sequência, Claude Courlet (*Os sistemas produtivos localizados: da definição ao modelo*) concentra-se na elucidação do conceito de *sistema produtivo localizado*, entendendo-o como um componente essencial do enfoque *standard* de desenvolvimento territorial.

Por sua vez, Gerardo Torres Salcido (*Sistemas agroalimentares localizados. Inovação e debates na América Latina*) oferece uma imagem panorâmica das pesquisas mais recentes centradas na problemática dos *sistemas agroalimentares localizados*. O autor caracteriza esse enfoque como um método inovador na busca de compreensão das possibilidades e obstáculos à experimentação com *dinâmicas territoriais*, num cenário de globalização assimétrica. Para tanto, insiste no reconhecimento das condições específicas que cercam sua aplicação no atual contexto de evolução dos países latino-americanos.

Nesse mesmo sentido, Denis Requier-Desjardins (*Sistemas agroalimentares localizados e qualificação: uma relação complexa*) coloca em foco a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre mecanismos de gestão do patrimônio natural e cultural no manejo do enfoque híbrido de desenvolvimento territorial sustentável atualmente. Além disso, seu texto problematiza os riscos de exclusão social que continuam permeando os processos de ativação de sistemas agroalimentares localizados nos mais diversos contextos regionais.

Encerrando a primeira parte, Paulo Freire Vieira (*Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial*) recoloca, por um lado, a necessidade de fazer avançar a construção do enfoque territorial - e por implicação do modelo SIAL - pela via da internalização da variável socioecológica. Para tanto, explora as relações de complementaridade envolvendo esse enfoque e a trajetória de reelaboração progressiva do modelo “clássico” de *ecodesenvolvimento* – que veio à tona por ocasião dos preparativos para a Conferência de Estocolmo, em 1972. Além disso, o autor sugere uma estratégia de experimentações coordenadas com esse enfoque híbrido que apela a um processo, ainda muito pouco exercitado, de integração de *coletivos transdisciplinares de pesquisa-ação-formação* em “*regiões-laboratório de ecodesenvolvimento territorial*”.

Na segunda parte, podem ser encontradas as sínteses de três estudos de caso realizados recentemente em dois estados da região sul do Brasil. No cenário atual da zona costeira catarinense, o artigo assinado por Claire Cerdan e Mariana Aquilante Policarpo (*Sinergias e conflitos entre dinâmicas territoriais de desenvolvimento no litoral do estado de Santa Catarina*) focaliza as várias dinâmicas territoriais de desenvolvimento em curso e os seus múltiplos efeitos em termos socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioecológicos.

Por sua vez, na contribuição de Suzana Maria Pozzer da Silveira (*Rede Ecovida de Agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira catarinense?*) podem ser encontrados os resultados de uma análise do perfil dessa inovação sociotécnica, até o momento. A linha de argumentação adotada revela, ao mesmo tempo, o potencial e as limitações das experiências de criação em rede de sistemas agroalimentares, localizados no estado de Santa Catarina – do ponto de vista das duras exigências colocadas pela consolidação de dinâmicas territoriais de desenvolvimento sustentável, no atual estágio de evolução do nosso País.

O último artigo, assinado por Sandra Mara S. Bánkuti, Ferend I. Bánkuti e Melise D.M. Bouroullec (*Incentivos para certificação fairtrade: o caso da produção de laranjas no estado do Paraná, Brasil*), oferece uma reflexão original sobre percepções e atitudes relacionadas à adoção de princípios do *comércio justo* em comunidades de produtores de laranjas, situadas na região nordeste do estado do Paraná. Os autores avaliam em que sentido esse processo tem gerado resultados econômicos, sociais e ambientais positivos na região investigada.

Esperamos que a difusão dessas ideias no âmbito da academia possa contribuir positivamente para aguçar a percepção do sentido e da magnitude dessa estratégia, ainda incipiente de reorientação paradigmática das pesquisas sobre o fenômeno do desenvolvimento – e que apela a uma profunda transformação do agir ético nesses tempos de crise global.

REFERÊNCIAS

BAGNASCO, A. **Tre Italy. La problematica territoriale dello sviluppo economico italiano**. Bologna: Il Mulino, 1977.

BECATTINI, G. Le district marshallien: une notion sócio-économique. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. **Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique**. Paris: PUF, 1992. p. 35-55.

BOUCHER, F.; ORTEGA, A.E.; LEGLISE, M.R.P. (Coords.) **Sistemas agroalimentarios localizados en América Latina**. México: Red Sial, 2012.

BOURG, D. **Les scénarios de l'écologie**. Paris: Hachette, 1996.

BRUSCO, S. The Emilian model: productive decentralization and social integration. **Cambridge Journal of Economics**, v. 6, n.2, p. 167-184. 1982.

COURLET, C. **Territoires et régions : les grands oubliés du développement économique**. Paris: L'Harmattan, 2001.

DUPUY, J.P. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DUPUY, J.P. **Pour un catastrophisme éclairé. Quand l'impossible est certain**. Paris: Seuil, 2002.

GUMUCHIAN, H.; PECQUEUR, B. **La ressource territoriale**. Paris: Economica, 2007.

MUCHNIK, J.; SAUTIER, D. **Systèmes agro-alimentaires localisés et construction de territoires. Proposition d'action thématique programmée**. Paris: CIRAD, 1998.

PECQUEUR, B. **De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire**: essai sur le développement local. Grenoble: Université des Sciences Sociales (Thèse de doctorat), 1987.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Eisforia**, ano 4(4), p. 81-106. 2006.

PECQUEUR, B.; VIEIRA, P.F. (2013) **La création de ressources territoriales face au défi de l'environnement**: une analyse du développement dans un scénario «post-fordiste». (No prelo).

REQUIER-DESJARDINS, D. L'évolution du débat sur les SYAL: le regard d'un économiste. Trabalho apresentado no XLIII Colóquio da Associação de Ciência Regional de Língua Francesa, **Les dynamiques territoriales: débats et enjeux entre les différentes approches disciplinaires**. Grenoble-Chambéry, 11-13/07/2007.